

CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ- SEDE UMUARAMA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1- O mandado de injunção é remédio constitucional:

- a) cabível para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) previsto para retificação de dados, quando de se prefera fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- c) cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) que não é previsto no ordenamento pátrio, mas apenas no de Portugal, conforme leciona J.J. Gomes Canotilho.

2- Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade, podendo haver, contudo, preconceito em relação à orientação sexual.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização, mas sem que isso implique em diminuir as desigualdades sociais e regionais.
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) a autodeterminação dos povos.

3- Considerando a redação dada pela EC nº 80/2014 ao art. 134 da CF, sobre a Defensoria Pública é correto afirmar:

- a) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e

extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

b) é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

c) tem como princípios institucionais a unidade, a divisibilidade e a independência funcional, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso III do art. 96 da Constituição Federal.

d) são asseguradas a esta instituição autonomia funcional e administrativa, mas não a iniciativa de proposta orçamentária, que deve ser feita pelo Poder Executivo.

4) Sobre a Constituição Federal e os Direitos Humanos, é correto afirmar:

a) a prevalência dos direitos humanos não é um dos princípios que regem as relações internacionais no Brasil.

b) considerando que um dos fundamentos da RFB é a soberania, bem como o princípio da independência nacional, previsto no art. 4º, I, da Constituição Federal, o Brasil não se submete à jurisdição de qualquer Tribunal Penal Internacional, ainda que tenha manifestado adesão quando de sua criação.

c) os direitos e garantias expressos na Constituição Federal sempre prevalecem frente aos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, independentemente de qual texto normativo seja mais benéfico e mais conforme a dignidade da pessoa humana.

d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

5) São direitos sociais, nos termos do art. 6º da CF:

a) não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária e ter a prisão ilegal imediatamente relaxada.

b) a alimentação, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância.

c) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de

revezamento e o décimo terceiro salário.

d) a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e a imagem das pessoas, bem como a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

DIREITO CIVIL

6) Acerca da capacidade para os atos da vida civil, assinale a opção correta:

a) a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida. Assim, a proteção que o Código Civil defere ao nascituro não alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura.

b) a emancipação voluntária se dá por concessão conjunta e irrevogável dos pais, dependendo, ainda, de homologação judicial.

c) os pródigos são considerados pelo Código Civil como absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil, incapacidade esta que deve ser decretada judicialmente por requisição do cônjuge ou familiar, já que o que se protege é exatamente o patrimônio da família e não apenas o do pródigo.

d) ainda que maiores de 18 anos, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, devendo ser obrigatoriamente representados, os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

7) A respeito do casamento e da união estável, assinale a opção correta:

a) o Código Civil de 2002 veda expressamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, permitindo, entretanto, e de acordo com a letra da lei, a união estável homoafetiva.

b) o casamento celebrado no Brasil prova-se exclusivamente pela certidão do registro civil de pessoas naturais.

c) a união estável pode ser constituída entre pessoas casadas, desde que separadas judicialmente ou de fato.

d) a união estável demanda diversidade de gêneros, de acordo com recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.

8) Nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

a) podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

b) Pedro, criança nos termos da lei, recebe de seu genitor alimentos fixados em 30% do salário-mínimo, entretanto há 1 ano seu pai não efetua o pagamento da prestação

alimentar. Pedro somente poderá cobrar os alimentos inadimplidos referentes aos últimos três meses, pois as demais prestações perderam sua natureza alimentar diante da inércia do credor de alimentos.

c) o inadimplemento da obrigação alimentar do genitor, ainda que não demonstrada sua impossibilidade de prestá-la, provisória ou definitivamente, possibilita ao alimentado pleitear alimentos diretamente dos avós.

d) se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado deixar de pagar mediante comprovante, sendo desnecessária reclamação ao juiz.

9) O casamento e a união estável são regidos por regime de bens, previstos no Código Civil. Com base nisso, analise as assertivas abaixo e aponte a correta:

a) para que seja válido, o contrato de união estável deve ser feito sob a forma de escritura pública.

b) no contrato de união estável, o regime de bens deve ser obrigatoriamente o de comunhão parcial.

c) o pacto antenupcial do casamento, para que seja válido, deve ser feito sob a forma de escritura pública.

d) o pacto antenupcial é sempre necessário, ainda que o regime de bens seja o da comunhão parcial.

10) O pai e a mãe, nos termos da lei civil, perderão o poder familiar, por ato judicial, **exceto** se:

a) castigar imoderadamente o filho.

b) for condenado por sentença irrecorrível, em virtude da prática de crime cuja pena exceda 2 anos.

c) deixar o filho em abandono.

d) praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11- José, pedreiro, pai de Giovana, comparece à Defensoria Pública com a citação de uma execução de alimentos. Na inicial, consta que José é pai de Giovana, que tem 3 anos de idade, e que nunca lhe pagou alimentos. Considerando apenas a paternidade, a requerente afirma que o requerido lhe deve o equivalente a 33% do salário mínimo, calculados desde o seu nascimento e pugna pelo pagamento do valor, sob pena de penhora de seus bens. À vista de tal petição, você, como estagiário da Defensoria Pública elabora petição nos seguintes termos:

a) contestação, afirmando que não há título executivo, seja judicial ou extrajudicial que justifique o pedido formulado na inicial.

b) embargos à execução, alegando nulidade da execução, por não ser o título executivo apresentado.

c) justificativa, alegando a impossibilidade de pagamento, haja vista os rendimentos do assistidos serem inferiores à um salário mínimo.

d) justificativa, aduzindo, em suma, o desejo do assistido em pagar o valor pleiteado, mas pugnando por audiência de conciliação para que se chegue a um acordo a respeito do parcelamento.

12- Sobre o valor da causa, é correto afirmar:

a) na ação de alimentos, equivale à soma de 12 (doze) prestações mensais, pedidas pelo autor.

b) se houver pedido subsidiário, o valor será a soma do principal e do subsidiário;

c) ainda que discorde do valor atribuído à causa pelo autor, o réu não poderá impugná-lo;

d) eventual impugnação deve ser feita na mesma peça da contestação, e o juiz suspenderá o feito enquanto não houver julgamento da impugnação.

13- São requisitos da petição inicial:

a) os motivos que determinaram a parte a propor a ação neste momento.

b) fatos e fundamentos jurídicos do pedido.

c) o rol de testemunhas;

d) o endereço de algum ente familiar o réu, caso este não seja encontrado no endereço principal declinado pela parte.

14- Sobre a lei de alimentos, **não** é correto afirmar:

a) ao despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita.

b) autor e réu comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, três no máximo, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

c) no rito de alimentos, juiz não está autorizado a tentar conciliar as partes.

d) caso o réu não seja encontrado para ser citado, sua citação será feita por edital.

15- Assinale a alternativa correta:

a) não cabe ao réu alegar, em sede de contestação, litispendência.

b) na apelação interposta da decisão que indefere a petição inicial, não é facultado ao juiz reformar sua decisão.

c) a contestação e a reconvenção devem ser ofertadas na mesma peça.

d) o réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

DIREITO PENAL

16) Assinale a alternativa correta:

a) uma das funções do princípio da legalidade refere-se à proibição de se realizar incriminações vagas e indeterminadas, visto que, no preceito primário do tipo penal incriminador, é obrigatória a existência de definição precisa da conduta proibida ou imposta, sendo vedada, com base em tal princípio, a criação de tipos que contenham conceitos vagos e imprecisos.

b) o princípio da legalidade, que é desdobrado nos princípios da reserva legal e da anterioridade, não se aplica às medidas de segurança, que não possuem natureza de pena, pois a parte geral do Código Penal apenas se refere aos crimes e contravenções penais.

c) dispõe o artigo 1º do Código Penal: "*Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal*". Tal dispositivo legal consagra o princípio da dignidade.

d) quando o agente invade domicílio para praticar furto, há concurso aparente de normas entre os delitos de invasão de domicílio e furto. Tal conflito resolve-se pelo princípio da especialidade.

17) Excluídas as situações normativas do Art. 64 do Código Penal, não é tecnicamente reincidente o agente que, nessa ordem sucessiva, tenha cometido no Brasil ilícitos penais com a natureza de

- a) crime doloso e crime culposos.
- b) crime em geral e contravenção penal.
- c) contravenção penal e crime em geral.
- d) contravenção penal e contravenção penal.

18) Marcos, imbuído de pernicioso lascívia concupiscente em face de sua colega de trabalho, Teresa, resolve estuprá-la após o fim do expediente. Para tanto, fica escondido no corredor de saída do escritório e, quando a vítima surge diante de si, desfere-lhe um violento soco no rosto, que a leva ao chão. Aproveitando-se da debilidade da moça, Marcos deita-se sobre a mesma, já se preparando para despi-la, porém, antes da prática de qualquer ato libidinoso, repentinamente, imbuído de súbito remorso por ver uma enorme quantidade de sangue jorrando do nariz de sua colega, faz cessar sua intenção e a conduz ao departamento médico, para que receba o atendimento adequado.

Em relação a sua conduta, Marcos:

- a) responderá por estupro tentado, em virtude da ocorrência de tentativa imperfeita;
- b) não responderá por estupro, em virtude da desistência voluntária;
- c) não responderá por estupro, em virtude de arrependimento eficaz;
- d) responderá por estupro consumado, pois atualmente a lei não exige a prática de conjunção carnal para a configuração desse delito.

19) Aquele que oferece droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, está sujeito à pena de

- a) medida educativa de comparecimento a programa e curso educativo e prestação de serviços à comunidade, apenas.
- b) advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade, apenas.
- c) reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.
- d) detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 28 da Lei n.º

11.343/06.

20) Em vista do direito vigente, assinale a opção correta:

- a) o crime de posse de drogas ilícitas para consumo pessoal é penalizado tão somente com advertência sobre os efeitos das drogas.
- b) o crime de associação para fins de tráfico reclama a composição mínima de 3 agentes.
- c) no tráfico de drogas é possível a liberdade provisória e a conversão de suas penas em restritivas de direitos, por decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade do art. 44 da lei de drogas no que tange esses institutos.
- d) a oferta gratuita de drogas não caracteriza a traficância.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21-A respeito das nulidades no processo penal, é correto afirmar:

- a) não é causa de nulidade a ausência de nomeação de defensor ao réu, caso este informe que não tem interesse em se defender.
- b) atualmente, prevalece que nenhuma nulidade será reconhecida sem que tenha havido prejuízo (*pas de nullité sans grief*).
- c) em caso de não localização do réu, este poderá ser citado por edital e, sendo nomeado defensor, o processo pode seguir sem que haja qualquer nulidade.
- d) ao pronunciar a nulidade, é desnecessário que o juiz declare os atos a que ela se estende.

22- João, operário, foi preso em flagrante pela prática de furto tentado. Segundo consta no auto de prisão em flagrante, João foi surpreendido ao tentar sair do supermercado com três latas de leite em pó dentro de uma mochila. Não foi fixada fiança pelo Delegado de Polícia, sob o fundamento de que a cidade era pequena e a liberação de João mediante pagamento de fiança causaria abalo na ordem pública. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz analisou as circunstâncias pessoais do réu (primário, com residência e emprego fixo, arrimo de família), as circunstâncias do caso concreto (pequeno valor da res, não resistência do réu à prisão), e entendeu por bem dar ao flagrantado a liberdade provisória com fiança, fixada no valor de um salário mínimo. Considerando que o réu declinou não ter advogado, uma cópia do flagrante foi remetida à Defensoria Pública. À

vista do que constava nos autos, foi feito pedido de isenção de fiança, uma vez que o réu declarou receber apenas um salário mínimo por mês. O juiz indeferiu o pedido, sob o fundamento de que não foi provada a impossibilidade de pagamento. O magistrado agiu:

a) corretamente, pois a conduta do réu é grave e há necessidade de garantir, por meio da fiança, o comparecimento do réu a todos os atos do processo.

b) corretamente, uma vez que não foi demonstrada, de forma cabal, a impossibilidade de o réu arcar com a fiança.

c) incorretamente, pois, verificada a desnecessidade de manutenção da prisão, é ilegal que o autor dos fatos fique preso apenas por não ter condições de arcar com a fiança.

d) incorretamente, uma vez que ainda que haja necessidade de manter a fiança, o juiz poderia ter reduzido seu valor.

23- **Não** se considera em flagrante delito quem:

a) apresenta-se voluntariamente à autoridade policial 24h após a prática de um delito.

b) acaba de cometer a infração penal.

c) é perseguido, logo após, pela autoridade pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser o autor da infração penal.

d) está cometendo a infração penal.

24- Assinale a alternativa correta:

a) no rito especial da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), em regra, após a instrução, as partes devem apresentar memoriais escritos, no prazo de 10 (dez) dias.

b) as provas ilícitas não são admissíveis, mas podem permanecer no processo, e serão usadas pelo juiz caso não hajam provas além destas para fundamentar sentença condenatória.

c) em caso de investigado preso, o inquérito deverá ser finalizado em 10 (dez) dias, salvo em caso de crime contra a vida, hipóteses em que é lícita a prorrogação de tal prazo para 90 (noventa) dias, mantendo-se o indiciado preso.

d) no procedimento especial da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), as partes podem arrolar

até 5 (cinco) testemunhas cada uma.

25- São medidas cautelares diversas da prisão, **exceto**:

- a) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- b) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo
- c) proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado dela permanecer distante;
- d) monitoração eletrônica.

Direito da Criança e do Adolescente

26- Sobre o Conselho Tutelar, é correto afirmar:

- a) é obrigatória a existência de Conselho Tutelar nas cidades com mais de 100 mil habitantes; nas cidades menores, a existência do órgão é facultativa e depende de lei municipal.
- b) é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c) suas decisões podem ser revistas pelo Ministério Público a qualquer momento..
- d) não tem poder de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, devendo formular requerimentos ao juiz da infância.

27- Gabriel Henrique, 13 anos, foi processado pela prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo. Durante a instrução, ficou provado que o adolescente se utilizou de simulacro de arma de fogo e que não foi violento com as vítimas. Segundo estas, ele entrou no estabelecimento comercial, pediu o dinheiro apenas indicando que tinha uma arma na cintura e se evadiu do local. Em sede de memoriais, o Ministério Público pediu a internação do adolescente, tendo em vista que o ato infracional se encaixava na previsão do art. 122, I, do ECA. A Defensoria Pública, por sua vez, apontou que Gabriel não tinha antecedentes anteriores e, em virtude de sua idade, seria prematura a aplicação de

medida tão gravosa quanto a internação, bastando a aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida. Em sua sentença, o juiz aduziu que se tratava de jovem que não estudava e que não trabalhava e, apesar de não ter antecedentes, se mostrava envolvido com a prática de atos infracionais graves, haja vista ter praticado o presente. Reconheceu a ausência de outras tentativas de inserir o jovem em medidas socioeducativas em meio aberto, mas entendeu suficiente a previsão legal do art. 122, I, para aplicar a medida de internação. Agiu corretamente o magistrado?

a) Sim. O fato de o adolescente não trabalhar e não estudar, aliado à prática do ato infracional, demonstra cabalmente a necessidade de sua internação em centro de socioeducação.

b) Sim. A medida socioeducativa, como o próprio nome diz, tem cunho educativo e não punitivo, sendo que no estabelecimento de internação o adolescente terá várias oportunidades para se desenvolver longe do meio pernicioso em que vive.

c) Não. Ao fundamentar a sentença no fato de o adolescente não trabalhar, o magistrado esquece-se que, nos termos da Constituição Federal, nenhum adolescente com menos de 14 anos pode trabalhar, além disso, para aplicação da internação, há necessidade de fundamentação concreta, não bastando o fato de haver previsão legal expressa.

c) Não. O adolescente deve obrigatoriamente ser inserido em todas as medidas socioeducativas antes de ser internado. Portanto, o magistrado deveria ter aplicado a medida de advertência, apesar de ter percebido a necessidade de acompanhamento mais próximo do jovem.

28- São objetivos da medida socioeducativa, **exceto**:

a) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade.

b) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação.

c) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;

d) o afastamento do adolescente do meio em que vive, propiciando uma mudança de perspectiva para que este perceba que só o trabalho edifica o homem.

29- D. Marisa é mãe de Maria Eduarda, 14 anos, e Lucas Matheus, 3 anos, e cria seus filhos sozinha. No início do ano de 2014, D. Marisa procurou a Prefeitura Municipal de Macondo, solicitando vaga na creche para Lucas. A Prefeitura não lhe concedeu a vaga, sob a afirmação de que tinha outras 100 (cem) crianças na fila e que só teria vagas para o ano de 2016. Diante disto, sem ter alternativas para trabalhar, D. Marisa passou a deixar Lucas sob os cuidados de Maria Eduarda no período da tarde, depois que esta voltava da escola, até as 23h, quando chegava de seu trabalho como cuidadora de idosos. Em virtude de denúncias, o Conselho Tutelar de Macondo foi até a casa de D. Marisa no período da noite e, mesmo constatando que a adolescente e seu irmão estavam bem, procedeu ao acolhimento institucional de ambos. Ao receber a informação do acolhimento feito pelo Conselho, o representante do Ministério Público pugnou pela homologação da medida e manutenção do acolhimento até que a dirigente do local prestasse novas informações. Agiu corretamente o membro do Ministério Público?

a) Não. A medida de acolhimento institucional é de competência exclusiva da autoridade judiciária e só pode ser tomada pelo Conselho Tutelar em casos emergenciais, para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o que não ocorreu no caso em tela.

b) Sim. A situação de risco de Maria Eduarda e Lucas era evidente, havendo necessidade de mantê-los acolhidos até que a mãe se dirija à Promotoria de Justiça para prestar explicações.

c) Sim. Ainda que o Poder Público tenha falhado no seu dever de permitir o acesso à educação de Lucas, cabia a D. Marisa tomar medidas para que seu filho fosse para a creche, de modo que a ausência de matrícula da criança configura uma violação dos deveres inerentes ao poder familiar.

d) Não. Apesar de a situação de risco ser evidente, seria necessário que o Conselho Tutelar pedisse autorização, por escrito, ao Ministério Público antes de proceder ao acolhimento de Maria Eduarda e Lucas Matheus.

30- O direito à liberdade da criança e do adolescente compreende, **exceto**:

a) participar da vida política, na forma da lei.

b) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, apenas até as 23h.

c) buscar refúgio, auxílio e orientação.

d) brincar, praticar esportes e divertir-se.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

31) Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011, são direitos dos assistidos da Defensoria Pública do Estado do Paraná, além daqueles previstos no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais Leis e atos normativos internos:

- a) informações sobre quaisquer processos judiciais que tramitem no Estado e que sejam patrocinados pela Instituição;
- b) o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público do Estado;
- c) informações sobre processos administrativos disciplinares em trâmite para apuração de falta disciplinar de servidor público da Instituição.
- d) a atuação do mesmo Defensor Público, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

32) Assinale a alternativa correta:

- a) as funções institucionais da Defensoria Pública do Estado do Paraná não poderão ser exercidas contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- b) o instrumento de transação, mediação ou conciliação referendada pelo Defensor Público do Estado, após homologação judicial, valerá como título executivo extrajudicial, inclusive quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
- c) a capacidade postulatória do Defensor Público do Estado decorre tão somente da nomeação no cargo público.
- d) aos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná é garantido sentar-se no mesmo plano do Ministério Público do Estado do Paraná, nas ações em que o *parquet* figure como postulante.

33) São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná, dentre outras previstas em lei:

- a) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;

- b) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, mediante prévio agendamento;
- c) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, mediante mandato;
- d) requisitar exclusivamente a autoridade policial, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições

34) Nos termos da Deliberação 01/2014 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná são deveres do estagiário:

- a) pontualidade; frequentar todos os cursos oferecidos pela Defensoria; cumprir com empenho e interesse as atividades estabelecidas para o seu estágio;
- b) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento quando no desempenho do estágio; urbanidade; atender pessoas estranhas ao estágio para tratar de assuntos particulares;
- c) dirigir veículos oficiais; zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; responsabilizar-se pela coleta de assinaturas e entrega dos documentos referentes ao estágio, quais sejam, Termo de Compromisso de Estágio, Termo aditivo, Termo de Recesso Remunerado, Avaliação e Termo de Rescisão de Estágio, dentro do prazo estipulado pelo setor de Gestão de Pessoas
- d) assiduidade; uso obrigatório de crachá, sob pena de advertência; obediência às chefias imediatas e a seus supervisores;

35) De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 136/11, tem-se como um dos princípios institucionais da Defensoria Pública a:

- a) hierarquia.
- b) inamovibilidade.
- c) independência na função
- d) divisibilidade

PROVA DISSERTATIVA

Considere que você é estagiário da Defensoria Pública.

Luís Gustavo e Guilherme comparecem à sede do órgão e relatam que ambos vivem em união estável homoafetiva há 15 anos. Desde que se uniram, nutrem o desejo de serem pais e, há cerca de 30 dias decidiram se inscrever no cadastro de adoção da Comarca onde residem, Macondo. Os requerentes passaram por todo o procedimento previsto em lei (estudo psicossocial, participação em curso de adotantes), juntaram documentos (antecedentes criminais, declaração de convivência, declaração de sanidade física e mental etc) e, ao final, tiveram parecer favorável da equipe técnica para que fossem inscritos no Cadastro de Adoção. O pedido foi remetido à juíza oficiante na Vara de Infância e Juventude da Comarca de Macondo que, para o espanto do casal, assim decidiu:

“Trata-se de pedido de inscrição no cadastro de adotantes formulado por Luís Gustavo e Guilherme. Segundo consta dos autos, os requerentes, que mantêm relação homossexual, têm o desejo de adotar um menino, entre 12 meses e 36 meses de idade, de qualquer cor.

Apesar do parecer favorável da equipe técnica, indefiro o pedido por falta de previsão legal.

Com efeito, dispõe o art. 226, §3º da Constituição Federal, que 'para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar'. De outro lado, o art. 42, §2º, do ECA prevê que a adoção conjunta é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável. Portanto, como a Constituição Federal não reconhece o relacionamento dos requerentes como união estável, não há que se falar em deferimento de cadastro dos requerentes

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Intime-se os interessados.

Dil. nec.”.

